

TL 3844

leste

Timor

os factos
fundamentais



Timor

é a ilha mais oriental do arquipélago de Sonda, situada a cerca de 450 km de Darwin, na costa da Austrália. Timor-Leste inclui a parte mais montanhosa da ilha, o enclave de Oecusse na parte ocidental e Ataúro, uma pequena ilha a norte de Díli, a capital de Timor-Leste e principal porto. Timor-Ocidental é uma antiga colónia holandesa que foi integrada na Indonésia, aquando da independência desta, em 1945. A divisão da ilha, no entanto, remonta aos tempos coloniais quando Portugal e a Holanda lutaram pelo domínio do comércio das especiarias naquela zona do globo. Apesar de existirem mais de trinta dialectos, o tétum tem vindo a ganhar o carácter de língua nacional. O catolicismo está generalizado, mas as antigas tradições animistas persistem.

O passado colonial Os navegadores portugueses chegaram a Timor no século XVI. Tal como os chineses e mercadores ocidentais do arquipélago de Sonda (antes deles), também os portugueses viram na ilha uma fonte abundante de madeira de sândalo. Nos dois séculos seguintes, a influência portuguesa limitou-se a acções missionárias e só no século XVIII se estabeleceu uma sede de governo no território. Pouco depois, perante o conflito com os holandeses pelo domínio do comércio do sândalo, os portugueses recuaram para a parte oriental de Timor. Até finais do século XIX, a autoridade portuguesa nunca foi forte - o domínio era frequentemente posto em causa pelos *liurai*, os dirigentes nativos da ilha.

Uma série de rebeliões sangrentas entre 1894 e 1912 e a sua consequente repressão acabaram por conduzir a uma dominação efectiva por parte dos portugueses. Entretanto, o comércio do sândalo diminuía e com Portugal mergulhado numa fase de depressão depois da I Grande Guerra, Timor-Leste caiu no abandono, destacando-se apenas como modesto produtor de café de alta qualidade e como um território distante, destino de exilados políticos.

Durante a Segunda Guerra Mundial, as tropas aliadas (australianas, holandesas e neozelandesas) instalaram-se em Timor-Leste, apesar da neutra-

lidade de Portugal. Isso não impediu, porém, que os japoneses desembarcassem e ocupassem toda a ilha. Várias centenas de soldados australianos levaram, então, a cabo uma guerrilha que muito ajudou a que os japoneses não invadissem as costas australianas. O êxito desta operação só foi possível com o apoio dos timorenses orientais, para quem os custos foram extremamente duros. Os japoneses destruíram aldeias inteiras, roubaram e executaram timorenses que viviam nas áreas onde os australianos actuavam. As fazendas das zonas de guerra foram abandonadas, o que provocou a fome. Se incluirmos as mortes causadas pelos bombardeamentos aéreos dos aliados, que se destinavam a preparar o terreno para a reconquista da ilha, mais de 40 000 timorenses orientais morreram durante o conflito.

Portugal retomou o domínio do território depois da guerra, apesar da tendência geral para a descolonização. A característica mais notória da governação portuguesa foi o abandono - as infra-estruturas de saúde e educação eram praticamente inexistentes e havia poucas estradas fora de Díli. Porém, após a guerra, Timor-Leste assistiu a melhorias da sua economia e a uma estabilidade relativa; com excepção de uma rebelião prontamente abafada em 1959 e de, na década de sessenta, uma elite culta com aspirações nacionalistas ter começado a dar sinais de vida. A natureza do domínio colonial foi sempre repressiva e alvo da crítica internacional.

A guerra civil e a invasão indonésia A Revolução de 25 de Abril de 1974, que depôs o regime colonial-fascista, precipitou a formação de partidos políticos em Timor-Leste assim que o processo de descolonização principiou. Os dois partidos mais populares eram a União Democrática Timorense (UDT) e a Frente Revolucionária para a Independência de Timor-Leste (FRETILIN). Apenas a Associação Popular Democrática Timorense (APODETI) - que era financiada pela Indonésia e nunca teve mais de trezentos apoiantes - era a favor da integração na Indonésia. Tanto para a UDT como para a FRETILIN a independência era o objectivo principal e, apesar de preverem um calendário diferente, formaram no início de 1975 uma coligação que veio a desfazer-se não tanto por diferenças ideológicas incompatíveis, mas por causa da postura débil e ambígua de Portugal e de uma campanha sustentada de desestabilização conduzida pela Indonésia.

Preocupados com os boatos espalhados por Jacarta de que a FRETILIN estava infiltrada de comunistas e se preparava para tomar o poder, os dirigentes da UDT lançaram um golpe no dia 11 de Agosto de 1975, ocupando

os lugares-chave e declarando que desejavam a independência, mas também uma ligação a Portugal. Dias depois a resposta da FRETILIN conduziu ao início de conflitos encarniçados. Mais numerosa e bem equipada, a FRETILIN conquistou o domínio da colônia em apenas três semanas. Morreram cerca de 3000 pessoas durante a guerra civil. Por incapacidade em impor a sua autoridade, a administração portuguesa retirou-se em finais de Agosto para a ilha de Ataúro, transformando-se a FRETILIN no governo *de facto*, apesar de esta continuar a reconhecer a soberania de Lisboa.

Embora o ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio, Adam Malik, tivesse garantido por escrito que a Indonésia não reivindicava o território e apoiava o direito de Timor-Leste à autodeterminação, o governo daquele país preparava-se para invadir o território. Em Outubro o regime de Jacarta multiplica as suas incursões militares pela fronteira de Timor ocidental. Numa dessas incursões as tropas indonésias assassinaram em Balibó cinco jornalistas que trabalhavam para a televisão australiana. Os governos ocidentais, através das suas redes de informação, conheciam a verdadeira situação e sabiam perfeitamente o que estava a acontecer. Em 28 de Novembro de 1975, num esforço para atrair o apoio internacional, à medida que a ameaça de invasão tomava forma, a FRETILIN declarou unilateralmente a independência e proclamou a República Democrática de Timor-Leste.

A 7 de Dezembro de 1975, horas depois do termo da visita do presidente norte-americano Gerald Ford e do secretário de Estado H. Kissinger a Jacarta, a Indonésia atacou Díli por mar e por ar. Centenas de timorenses e de chineses foram indiscriminadamente abatidos nas ruas, registando-se também muitas execuções públicas. Nos dias 25 e 26 de Dezembro, tiveram lugar desembarques em Liquiçá e Maubara que causaram mais massacres da população. Mais tarde Adam Malik desabafou para os jornalistas: *"Cinquenta mil ou talvez 80 000 pessoas podem ter sido mortas durante a guerra em Timor-Leste. E daí? Era uma guerra ... Porquê tanto barulho?"* (Sydney Morning Herald, 5 Abril 1977). Como resultado destas atrocidades e das que se lhes seguiram, as populações das vilas e das aldeias abandonaram as casas em busca de zonas seguras atrás das linhas da FRETILIN. Desta forma mais de 500 000 timorenses foram deslocados. Em Abril de 1976 havia 32 000 soldados indonésios em Timor-Leste, para além dos 10 000 de Timor ocidental. No dia 31 de Maio, as autoridades militares indonésias arrebanharam 28 pessoas nas ruas de Díli, chamaram-lhe uma "Assembleia Popular" e este corpo não eleito aprovou por unanimidade uma petição que exigia a integração do território de Timor-Leste.

A 17 de Julho, o presidente Suharto assinou a lei que considerava Timor-Leste como a 27ª província da Indonésia.

Guerra e resistência Apesar de disporem de recursos muito superiores, as forças indonésias nos primeiros meses sofreram muitas baixas e apenas se apoderaram das zonas costeiras e fronteiriças. Os aviões anti-guerrilha que a Indonésia adquiriu depois de 1977 foram a peça-chave nas campanhas de cerco e aniquilamento. O governo americano forneceu os aviões mais importantes (por exemplo, *OV10-Broncos*), bem como aviões de transporte, carros blindados e uma quantidade enorme de espingardas, metralhadoras e equipamento de comunicações. A Indonésia também comprou aviões *Sabre* à Malásia, helicópteros *Alouette* à França e aviões de caça de treino à Inglaterra. As zonas montanhosas onde as populações se refugiaram foram intensamente bombardeadas, impedindo o cultivo dos campos. Em 1978 e 1979, milhares de timorenses foram forçados a abandonar as montanhas e a render-se às forças indonésias, tendo muitos deles sido assassinados nos meses que se seguiram à rendição. Comunidades inteiras foram separadas à força e agrupadas em “aldeamentos estratégicos”. As equipas de socorro autorizadas a participar na limitada operação de ajuda compararam a situação à do Biafra durante a guerra de secessão na Nigéria. Estima-se que de uma população de 700 000 pessoas tenham morrido 200 000.

Em 1979, as forças indonésias controlavam todo o país e acreditavam que a FRETILIN e o seu braço armado, as FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), estavam derrotadas - a maioria dos seus dirigentes tinham sido mortos ou presos. A leste, porém, um punhado de guerrilheiros sobreviveu e reuniu-se sob a direcção de Xanana Gusmão. Em 1980, a guerrilha começou as operações com unidades menores e seguindo uma tática defensiva clássica. Sem qualquer apoio externo, as FALINTIL sobreviveram a constantes operações militares, conseguindo criar ligações com os “aldeamentos estratégicos”, bem como com Díli e outras vilas.

O renascer da Resistência levou as autoridades indonésias do território a tentar chegar a um compromisso com ela. Em 23 de Março de 1983, Xanana Gusmão, chefe máximo da Resistência, e o Coronel Purwanto, comandante militar indonésio, encontraram-se. O dirigente timorense apresentou uma proposta de paz contemplando uma consulta à população autóctone do território e exigindo que dela se desse conhecimento às Nações Unidas. Os militares prometeram encaminhar a proposta para o governo em

Jacarta. Enquanto aguardavam uma resposta, acordaram num cessar-fogo.

O regime indonésio, porém, não encarou com seriedade a proposta apresentada e tentou, antes, transmitir ao mundo o encontro como um acto de rendição da guerrilha, o que levou esta a quebrar o cessar-fogo e a retomar a luta armada. A partir daí, as forças militares indonésias enveredaram por uma repressão implacável. Recrutaram civis para caminharem à frente das tropas durante as operações designadas por "barreiras de pernas", de modo a encurralar os guerrilheiros. A vigilância intensificou-se e aos suspeitos de colaboração com a Resistência aplicava-se um tratamento brutal. Os que se rendiam eram muitas vezes executados de imediato, tendo havido ocasiões em que centenas de civis foram massacrados a sangue-frio. Existe documentação que refere numerosos casos de assassinio, "desaparecimento", violação e prisão política.

O tecido social de Timor-Leste ficou ainda mais afectado com o realojamento de 90% da população, o qual quebrou os laços familiares de que as redes da Resistência dependiam. Apenas 20% das aldeias não tinham sido transferidas. Os novos aldeamentos foram construídos longe dos antigos, junto a estradas e cruzamentos, cercados e guardados por forças do exército de ocupação. As restrições às deslocações eram tão severas que somente o solo em redor das aldeias podia ser cultivado. Em breve a terra deixou de produzir por falta de amanho e a fome generalizou-se. Para além disto, milhares de transmigrantes indonésios ocuparam as terras donde os timorenses foram expulsos. Ao todo chegaram cerca de 100 000 emigrantes indonésios que hoje dominam o comércio e os transportes. O objectivo é o de diluir a população local. Porque, por outro lado, os timorenses são "convidados" a participar num programa de planeamento familiar financiado pelo Banco Mundial. Também a administração civil foi preenchida com pessoal militar e os sectores-chave da economia ficaram a ser geridos por monopólios militares onde grassa a corrupção. E quando se trata de recrutar mão-de-obra, os timorenses são preteridos para muitos empregos.

Timor-Leste foi mantido isolado do resto do mundo e as visitas que ocorreram eram manifestamente encenadas. A tenacidade da Resistência timorense conduziu a um círculo vicioso em que a crescente força militar de proporções genocidas levava ao endurecimento da oposição popular. Perante o malogro destas tentativas de pacificação e o protesto mundial pelo isolamento de Timor-Leste, as autoridades indonésias viram-se obrigadas a abrir o território ao exterior. A partir de 1 de Janeiro de 1989 permitiu-se, então, a

entrada de turistas e de jornalistas, estes desde que devidamente credenciados.

As potências ocidentais e a posição das Nações Unidas

A 22 de Dezembro de 1975, oito dias depois da invasão indonésia, o Conselho de Segurança das Nações Unidas exigiu, por unanimidade, ao “*Governo da Indonésia que retirasse sem demora todas as suas forças do Território*”. A Resolução exigia a todos os Estados que “*respeitassem a integridade de Timor-Leste, assim como o direito inalienável do seu povo à autodeterminação de acordo com a Resolução 1514 (XV) da Assembleia Geral*”. Desafiando a Resolução das Nações Unidas, o ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia negou a existência de tropas em Timor-Leste, afirmando que as forças anti-FRETILIN eram apoiadas por voluntários. Em 22 de Abril do ano seguinte, o Conselho de Segurança aprovou, por maioria, uma segunda Resolução no mesmo sentido. Mas o único esforço concreto de intervenção das Nações Unidas foi uma tentativa de mandar um enviado especial a Timor-Leste, em Fevereiro de 1976, cuja missão foi eficazmente sabotada pela Austrália e pela Indonésia.

Até 1982, a Assembleia Geral aprovou Resoluções anuais sobre Timor-Leste patrocinadas pelas antigas cinco colónias portuguesas de África e Portugal. Os E.U.A. abstiveram-se em 1975 e passaram a votar contra desde 1976. A Austrália, o primeiro país ocidental a reconhecer *de facto* e depois *de jure* a anexação por parte da Indonésia, votou a favor de Timor-Leste em 1975, absteve-se em 1976 e 1977, votando contra a partir de então. Com poucas excepções, os países ocidentais abstiveram-se. A maioria destes países e dos antigos países de Leste não se sentiram dispostos a prejudicar as relações económicas com a Indonésia em troca do apoio à autodeterminação de Timor-Leste.

Em 1982, a Resolução 37/30, aprovada por 50 votos contra 46, determinou que o secretário-geral desse início às consultas “*com todas as partes directamente envolvidas*”. No entanto, apenas Portugal e a Indonésia têm sido consultados. O então secretário-geral das Nações Unidas, o peruano Javier Perez de Cuellar, ignorou as exigências para que ouvisse os representantes do povo timorense e informou anualmente a Assembleia Geral de que as conversações estavam a decorrer. Na realidade tinham chegado a um impasse. Como a Indonésia se mantivesse inabalável na sua posição de princípio, Portugal tentou romper o impasse propondo a Jacarta que esta convidasse uma delegação do parlamento português a visitar o território.

Timor-Leste não é uma terra sem riqueza. A norte da ilha situam-se as águas profundas dos estreitos de Ombai e Wetar que são de importância estratégica vital; a sul fica a Plataforma de Timor (*Timor Gap*), uma faixa de mar entre Timor e a Austrália onde se descobriram enormes reservas de petróleo. Em 1978, a Austrália reconheceu *de jure* a integração, como condição preliminar para assinar o acordo para a exploração desta plataforma. A posição pragmática da Austrália e dos E.U.A. foi crucial na influência das atitudes ocidentais e contribuiu substancialmente para a falta de vontade política das Nações Unidas. Além disso, os E.U.A. pressionaram alguns países a mudarem o seu sentido de voto, como foi o caso da pequena ilha de Vanuatu, que foi ameaçada com o corte da ajuda que recebia. Ao mesmo tempo as nações ocidentais e o Banco Mundial têm fornecido uma ajuda crescente à Indonésia que, em 1996, ultrapassou os 5 mil milhões de dólares americanos.

A Amnistia Internacional e a *Human Rights Watch/Asia*, apesar de não terem sido autorizadas a entrar no território, têm publicado relatórios com regularidade que documentam o desrespeito pelos direitos humanos. A Comissão de Direitos Humanos (em 1983 e 1993) e a Subcomissão das Nações Unidas para a Prevenção da Discriminação e Protecção das Minorias, composta por peritos independentes, aprovaram várias Resoluções condenando a situação. Infelizmente, ao organismo principal, a Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, composta por missões de Estados, faltou vontade política para actuar de acordo com as recomendações propostas nessas Resoluções.

O massacre de Santa Cruz A frágil e timorata abertura de Timor-Leste permitiu que a Resistência urbana clandestina crescesse e adoptasse uma nova táctica política. Embora a visita do Papa, em Outubro de 1989 tivesse a intenção de mostrar que Timor-Leste deixara de ter problemas de segurança e que a população tinha aceite a integração, a missa papal terminou com uma manifestação a favor da independência que foi notícia de relevo em todo o mundo. Duas outras manifestações, em Janeiro e Setembro de 1990, acabaram em confrontos entre estudantes e militares. A Resistência clandestina passou a ter uma participação crescente nos destinos da luta de libertação, em colaboração com a Resistência armada - foi assim que Robert Domm, um advogado australiano, conseguiu furar a segurança indonésia para se encontrar com Xanana Gusmão e entrevistá-lo.

Depois de 1985, as consultas entre Portugal e a Indonésia concen-

traram-se na negociação dos termos de referência em que ocorreria uma visita de deputados portugueses a Timor-Leste e, embora as discordâncias diplomáticas afastassem os dois lados, ficou finalmente estabelecido que a deslocação se realizaria em Novembro de 1991. Os timorenses preparavam-se para aproveitar a visita para mostrar a sua recusa da ocupação, o que levou a um aumento da repressão e a ameaças de morte a fim de evitar que a população contactasse com os deputados portugueses. Pouco tempo antes da partida da delegação, a visita foi indefinidamente adiada, supostamente devido às objecções da Indonésia à inclusão na delegação de uma jornalista australiana.

No dia 12 de Novembro, após assistirem a uma missa em memória de um activista independentista assassinado 15 dias antes, os manifestantes marcharam pelas ruas até ao cemitério de Santa Cruz. Os militares indonésios atiraram deliberadamente sobre a multidão, matando pelo menos 271 pessoas. O filme e as fotos do massacre, testemunhado por vários jornalistas estrangeiros, foram amplamente exibidos, causando um repúdio público generalizado em várias partes do mundo.

As autoridades indonésias tentaram justificar as mortes como um incidente isolado e atribuir as culpas a desordeiros desempregados. Todavia, os países ocidentais condenaram o massacre e pressionaram o governo indonésio o suficiente para que este tomasse uma iniciativa sem precedentes: formar uma comissão de inquérito e julgar vários militares em tribunal militar. Mas nenhum deles alterou a posição oficial sobre Timor-Leste. A 19 de Dezembro, a Austrália e a Indonésia assinaram o tratado final para a exploração de petróleo no Mar de Timor. Em Fevereiro de 1992, a Inglaterra vendeu um navio de abastecimentos à Marinha indonésia, no que foi seguida pela Alemanha que, em 1994, forneceu 39 navios de guerra; a *British Aerospace* tem vindo a entregar uma encomenda de 48 aviões *Hawk*.

O repúdio internacional pelo massacre de Santa Cruz obrigou o presidente Suharto a mostrar-se "imparcial", levando timorenses e militares indonésios a julgamento. Na realidade, os timorenses que se manifestaram pacificamente em Jacarta, uma semana depois de Santa Cruz, em solidariedade com os seus compatriotas em Timor, foram sentenciados com penas que chegaram aos dez anos de prisão, enquanto os soldados indonésios que dispararam sobre uma multidão indefesa foram punidos com apenas alguns meses. Os que foram julgados em Díli, responsabilizados por organizar a manifestação de 12 de Novembro, receberam penas ainda maiores, de quinze anos a prisão perpétua. Os corpos daqueles que foram assassinados durante o massacre não foram

entregues às famílias enlutadas. Timor-Leste, apesar dos desmentidos oficiais, voltou a estar vedado e a lei da repressão entrou de novo em vigor. Houve várias notícias de execuções sumárias efectuadas no rescaldo do massacre.

As conversações da O.N.U. e a prisão de Xanana Gusmão

À luz do massacre de Santa Cruz e do papel crescente das Nações Unidas na resolução de conflitos regionais, era difícil ignorar a ilegalidade da anexação de Timor-Leste pela Indonésia. Em 17 de Dezembro de 1992, foram retomadas em Nova Iorque as conversações entre os governos de Portugal e da Indonésia sob os auspícios do secretário-geral da ONU, agora o egípcio Boutros Boutros-Ghali.

Contudo, antes das conversações de Nova Iorque se realizarem, Xanana Gusmão foi preso pelas forças de segurança indonésias, a 20 de Novembro de 1992, nos arredores de Díli. Em consequência disso, vários familiares e amigos em casa de quem se alojara foram igualmente presos. As organizações da Resistência foram obrigadas a reorganizarem-se e os militares anunciaram que muitos elementos da Resistência se tinham rendido. O próprio Xanana foi exibido na televisão numa série de entrevistas em que renunciava à luta pela independência e afirmava que Timor-Leste era parte da Indonésia. Esta aparente alteração de opinião foi tão abrupta que muitos observadores, incluindo o bispo D. Ximenes Belo, sentiram que era uma prova de coerção. Apesar das exigências internacionais para a sua libertação, Xanana foi acusado de *"rebelião, conspiração e tentativa de formar um Estado separado"* e de *"porte ilegal de arma de fogo"*. A 21 de Maio de 1993, após um julgamento-farsa, o tribunal condenou-o a prisão perpétua, pena esta que foi posteriormente comutada para 20 anos de cadeia face às reacções internacionais.

A resistência recompõe-se Embora a resistência timorense não se limite a Xanana, a sua captura foi sem dúvida um importante revés. O ano de 1993 foi particularmente duro para a Resistência, a contas com uma intensa vaga repressiva desencadeada na sequência do massacre. A organização clandestina foi profundamente atingida e muitos dos seus dirigentes presos ou mortos. Mau Huno, substituto de Xanana Gusmão, foi preso em Ainaro, nos princípios de Abril. Para o seu lugar é nomeado Konis Santana que assume a partir de então a direcção da luta no interior do território.

Após Santa Cruz, as primeiras movimentações anti-integracionistas de alguma envergadura voltaram a ocorrer em meados de 1994, com manifesta-

ções em Díli contra a profanação de hóstias por parte de soldados indonésios. No final desse ano e no decurso do seguinte, os protestos de rua atingiram em várias ocasiões um nível nunca anteriormente visto em Timor-Leste. Em Julho de 1995 verificam-se confrontos violentos em Baucau, segundo núcleo urbano do território, que levaram à destruição de propriedades de emigrantes indonésios e ao controlo temporário da cidade por parte da sua população enfurecida. Levantamentos quase simultâneos, em Maliana e noutros pontos do território, deram um carácter nacional aos protestos. Em Díli, em Outubro e Dezembro, centenas de populares enfrentaram a polícia em combates de rua de grande envergadura, obrigando ao fecho do comércio, ao recolher obrigatório e ao envio de reforços de Jacarta. Em Janeiro de 1996, ocorreram motins na cadeia de Díli.

Nas montanhas, a guerrilha passou a adoptar, assumidamente, uma postura de retaguarda política e de reserva estratégica da Resistência, entendida no seu âmbito nacional, isto é, generalizada a todas as camadas da população. Nas palavras de Konis Santana, a prioridade da guerrilha é a *"consolidação e o alargamento do apoio à participação activa das massas populares na luta"*. A visão essencialmente militar foi abandonada em definitivo e nestes últimos anos o nível de actividade armada reduziu-se. A guerrilha defende-se, mais do que ataca. Isto não invalida que, numa perspectiva de conservação de forças, não desencadeie acções de desestabilização e de recuperação de armamento inimigo. Notícias de combates continuam a chegar do interior com alguma regularidade e o volume do contingente militar indonésio estacionado no território mantém-se na casa dos 20 mil homens.

Uma nova e espectacular forma de luta foi a vaga de ocupações de embaixadas estrangeiras em Jacarta. Entre meados de 1993 - altura em que um grupo de estudantes timorenses pediu asilo político nas embaixadas da Finlândia e da Suécia - e meados de 1996, cerca de uma centena de jovens participaram em mais de dezena e meia de acções análogas. A que maior efeito político e mediático alcançou foi desencadeada em 12 de Novembro de 1994, por ocasião da cimeira da APEC (*Asia-Pacific Economic Cooperation*) que reuniu em Jacarta o presidente dos E.U.A. e diversos dirigentes mundiais.

As ocupações de embaixadas trouxeram de novo Timor-Leste para os títulos dos jornais internacionais e mostraram as condições de forte repressão que se abate sobre os jovens timorenses empurrando-os para o exílio. Além disso, uniram pela primeira vez em acções de rua jovens timorenses e democratas indonésios, solidários com a sua luta. A quase totalidade destes jovens

acabou por viajar para Portugal, obrigando o governo português a repensar e a redefinir a sua política de acolhimento e inserção da comunidade timorense.

As negociações prosseguem e a Indonésia é sujeita a maiores pressões

À média de duas por ano, de 1992 a 1996, decorreram nove rondas negociais entre os ministros dos Negócios Estrangeiros de Portugal e da Indonésia, sob a mediação do secretário-geral da ONU. Embora o evoluir do processo negocial não se tenha traduzido em imediatos e visíveis avanços (o que explica algum cansaço da opinião pública), há, mesmo assim, desenvolvimentos importantes a reter. Em primeiro lugar, a institucionalização da via negocial e a aceitação por parte da Indonésia do papel de supervisão das Nações Unidas, decorrente do reconhecimento do carácter internacional do conflito. Depois, o conteúdo das matérias negociais: inicialmente exclusivamente humanitárias, a partir de 1993, os comunicados oficiais dos encontros passam a dar conta de estarem a ser identificados e abordados pelas partes “questões substanciais” do problema, isto é, as relativas ao futuro do estatuto político do território.

Por outro lado, uma das principais exigências da Resistência, a sua participação plena nas negociações, continuou sem ser acolhida. No entanto, em Outubro de 1994 o ministro Ali Alatas recebeu oficialmente, pela primeira vez, uma delegação timorense no quadro do acordado nas negociações, enquanto se formalizou, a partir de 1995, a participação indirecta dos timorenses no processo através dos chamados “encontros intra-timorenses”, realizados na Áustria.

Em Março de 1996, o primeiro-ministro português, António Guterres, encontrou-se informalmente em Bangucoque com o presidente Suharto, no decurso da Cimeira Euro-Asiática (ASEM) e afirmou a disponibilidade portuguesa para o estabelecimento de secções de interesses entre os dois países, sujeito à garantia do respeito por parte da Indonésia, sob supervisão internacional, dos direitos humanos em Timor-Leste e à libertação de todos os presos políticos timorenses, incluindo Xanana Gusmão. Jacarta ignorou, porém, tal disponibilidade.

Noutras instâncias da ONU, especialmente na Comissão de Direitos Humanos (CDH), a Indonésia foi forçada a colocar-se na defensiva a partir de 1992. Em Março de 1993 a Indonésia é condenada por maioria na CDH e, em Março de 1994, tem de aceitar uma tomada de posição por consenso, gravosa para os seus interesses. Nos dois anos seguintes são aprovadas novas

tomadas de posição por consenso, mas menos firmes. É na sequência destas que três relatores especiais da CDH se deslocam ao território entre 1994 e 1996, produzindo relatórios muito críticos para o regime de Jacarta sobre a situação dos direitos humanos no território. Ainda no âmbito das Nações Unidas, a queixa apresentada por Portugal contra a Austrália no Tribunal Internacional de Justiça (TIJ) a propósito do *Timor Gap* saldou-se simultaneamente num impasse prático e numa vitória política: em sentença de Junho de 1995, o TIJ declarou-se processualmente incompetente para apreciar a substância da queixa, mas reconheceu indirectamente o direito do povo de Timor-Leste à autodeterminação.

Como resultado da crescente exigência da opinião pública internacional, as pressões sobre a Indonésia intensificaram-se sensivelmente após o massacre de Santa Cruz. A União Europeia adoptou uma posição política comum na matéria enquanto a cooperação multilateral com esse país ressentiu-se, pois Portugal tem bloqueado os acordos UE/ASEAN. Já em termos bilaterais as alterações foram mínimas, visto que a maioria dos países europeus continua a manter fortes laços económicos (nomeadamente através da venda de armas) com a Indonésia. Nos Estados Unidos foi-se mais longe: o Congresso suspendeu em 1993 o programa IMET, de formação e treino de militares indonésios nos E.U.A. (mais tarde retomado, noutros moldes), em 1994 aprovou o embargo do fornecimento de armas ligeiras e em 1996 decidiu bloquear também a venda de certos tipos de armamento pesado à Indonésia. Estas pressões, apesar de politicamente relevantes, raramente ultrapassaram um certo carácter simbólico e mostram bem os limites da diplomacia dos princípios, face ao peso dos interesses económicos em jogo.

A atribuição do Prémio Nobel da Paz ao bispo D. Ximenes Belo e ao dirigente do CNRM e representante especial do comandante Xanana Gusmão, José Ramos-Horta, em Outubro de 1996, foi um dos pontos mais altos do reconhecimento da Comunidade Internacional em relação ao problema de Timor-Leste e veio recolocá-lo com carácter de prioridade nas agendas internacionais. O galardão mostra que deixou de ser problemático para uma entidade tão respeitável como o Comité Nobel "afrontar" a Indonésia nesta matéria e veio provar que, após anos e anos de luta, a correlação de forças na arena internacional está em vias de se alterar em favor de Timor-Leste. Além disso - a análise de casos anteriores é evidente nesse sentido revela que a perspectiva de uma solução negociada não é uma miragem distante mas algo de bastante tangível. A própria distribuição partilhada do Prémio

Nobel pôs a claro a dupla vertente do problema, integrando a componente humanitária a par da componente política.

Que futuro para Timor-Leste? No curto prazo não é provável que se verifiquem mudanças profundas nos cenários descritos. O padrão de violações de direitos humanos no território irá certamente manter-se, tal como a resistência e o desejo de liberdade do seu povo. No entanto, perfilam-se já no horizonte novos agentes de mudança. À medida que o regime indonésio vai envelhecendo, em paralelo com o seu Presidente, novas forças sociais e políticas emergem no seio da sociedade indonésia. A queda da ditadura é uma questão de tempo. Da mesma forma que a luta dos timorenses está hoje a dar um contributo decisivo para esse objectivo, a democratização da Indonésia irá certamente ajudar a resolver o problema de Timor-Leste.

Citações

“Todos os países têm direito à independência, sem excepção para a povo de Timor.... Qualquer que seja o governo de Timor no futuro depois da independência pode estar certo de que o Governo da Indonésia se empenhará para manter boas relações de amizade e cooperação para o bem de ambos os países.”

ADAM MALIK
ministro dos Negócios Estrangeiros indonésio
17 de Junho de 1974

“Os Estados Unidos desejaram que fosse este o destino de Timor e trabalharam para que isso acontecesse. O Departamento de Estado desejou a ineficácia completa e total das Nações Unidas na concretização de todas as medidas tomadas. Essa missão foi-me incumbida e eu cumpri-a com êxito considerável.”

DANIELPATRICK MOYNIHAN
embaixador nas Nações Unidas

“Eu concordaria que o território fosse entregue a uma administração das Nações Unidas como primeiro passo para a busca de uma solução final. Já afirmei e repito que estou interessado em discutir qualquer plano para se chegar a uma solução sob a supervisão das Nações Unidas e com a assinatura de um cessar-fogo.”

XANANA GUSMÃO
entrevistado por Robert Domm
27 de Setembro de 1990

“Quando levam estas pessoas para a prisão, a primeira coisa que lhes fazem é espancá-las. Tenho recebido cartas de prisioneiros e ex-prisioneiros que me contam todos os tipos de tortura, choques eléctricos, queimadura dos órgãos genitais com cigarros, mergulhos em barris de água gelada e chicotadas até dizerem que são colaboradores da FRETILIN.”

Bispo D. XIMENES BELO
11 de Fevereiro de 1993



Ficha técnica

Autor:

texto da autoria da CDPM com base num texto
de British Coalition for East Timor (BCET).

Edição:

Comissão para os Direitos do Povo Maubere (CDPM).

Coordenação editorial e concepção gráfica:

Direcção de Filatelia/CTT Correios de Portugal.

Depósito legal nº 113.703/97